

## **BRANDÃO, Júlio Bueno**

\*sen. MG 1898-1908; pres. MG 1908-1909 e 1910-1914; dep. fed. MG 1917-1923; sen. MG 1924-1930.

*Júlio Bueno Brandão* nasceu em Ouro Fino (MG) no dia 11 de julho de 1858, filho de Francisco de Paiva Bueno e de Francisca Paiva Sanches Bueno. Seu primo Francisco Álvaro Bueno de Paiva foi deputado federal de 1891 a 1892 e de 1900 a 1911, senador de 1912 a 1920 e de 1923 a 1928, e vice-presidente da República de 1920 a 1922, na vaga aberta com a morte de Delfim Moreira, no decorrer do governo de Epitácio Pessoa (1919-1922). Seu primo e cunhado Silviano Brandão foi deputado geral de 1881 a 1884 e presidente de Minas Gerais de 1898 a 1902.

Cursou as primeiras letras em sua cidade natal. Autodidata, possuía avançado entendimento das questões jurídicas, o que lhe permitiu advogar e atuar como magistrado. Em 1879 assumiu o posto de juiz de direito do município mineiro de Jaguari, permanecendo no cargo por um triênio. De 1882 a 1883 foi juiz municipal em Ouro Fino, e em seguida foi nomeado delegado da cidade. Membro do Partido Liberal durante o período imperial, ainda em 1883 iniciou a carreira política ao se eleger vereador e presidente da Câmara Municipal de Ouro Fino por duas legislaturas seguidas, até 1887.

Após a proclamação da República, regime do qual era reconhecido entusiasta, foi escolhido pelo então presidente de Minas Crispim Jacques Bias Fortes para assumir a intendência municipal de Ouro Fino, função que exerceu de janeiro de 1891 até o ano seguinte. Em 1893 candidatou-se pelo Partido Republicano Mineiro (PRM) a uma cadeira na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, sendo eleito com mandato de um biênio. Nas eleições seguintes obteve a reeleição, permanecendo como deputado estadual até 1898. Durante seus cinco anos no Legislativo mineiro foi líder do governo, presidiu a Comissão de Assuntos Municipais e foi relator da Comissão de Orçamento.

Em 1898 foi eleito e empossado senador da República, ocupando a cadeira de Fernando Lobo Leite Pereira. Manteve-se no Senado por uma década, destacando-se na elaboração da reforma da Lei Eleitoral. Em 1906, foi eleito vice-presidente de Minas Gerais, ao lado de João Pinheiro da Silva, eleito presidente. Em outubro de 1908, em decorrência do falecimento de João Pinheiro, afastou-se do Senado para assumir

interinamente o governo estadual. Permaneceu à frente do Executivo mineiro até abril de 1909, quando tomou posse Venceslau Brás, eleito para cumprir o restante do mandato de João Pinheiro.

Em 1910 foi eleito presidente de Minas Gerais e em setembro substituiu Venceslau Brás, que por sua vez fora eleito vice-presidente da República na chapa de Hermes da Fonseca (1910-1914). Entre as medidas tomadas durante seu segundo governo, destacam-se a expansão da rede pública de ensino através da criação de escolas em diversas cidades mineiras, o aumento da malha ferroviária do estado, a adoção de políticas de incentivo à imigração e ao povoamento de núcleos coloniais, a reforma administrativa e a execução do projeto de desenvolvimento regional e municipal.

Em 1913 teve seu nome indicado para a vice-presidência da República na chapa do gaúcho José Gomes Pinheiro Machado, mas não aceitou a indicação, argumentando que líderes políticos nacionais procuravam afastar o candidato paulista Campos Sales e diminuir a influência de Minas Gerais nas eleições. Na ocasião, visando a consolidar o poder de seu estado na política brasileira, articulou com o então presidente de São Paulo Rodrigues Alves o chamado Pacto de Ouro Fino, aliança que viria a consolidar a hegemonia de São Paulo e Minas Gerais através da eleição de Venceslau Brás para a presidência da República no quadriênio 1914-1918.

Após o término de sua gestão como presidente de Minas Gerais em 1914, transmitiu o governo a Delfim Moreira e retornou a Ouro Fino. Voltou a exercer mandato eletivo em 1916, quando foi eleito e assumiu uma cadeira no Senado estadual mineiro por poucos meses, em substituição a Gomes Freire de Andrade, recém-falecido. Em 1917 foi eleito deputado federal por Minas Gerais e tomou posse em setembro. Reeleito para as legislaturas 1918-1920 e 1921-1923, presidiu a mesa diretora da casa de 1920 a 1921 e a Comissão de Finanças em 1923. Em 1924 voltou a ser eleito senador. Perdeu o mandato com a vitória da Revolução de 1930, quando todos os órgãos legislativos do país foram dissolvidos. Ao longo de seu último mandato legislativo presidiu a Comissão de Finanças e atuou como líder da maioria nas discussões sobre orçamento, além de ter representado o Brasil na Conferência Interparlamentar do Comércio realizada em Paris (1928).

Faleceu no Rio de Janeiro em 21 de março de 1931.

Era casado com Hilda Bueno Brandão. Seus filhos Júlio Bueno Brandão Filho e Francisco Bueno Brandão foram, respectivamente, deputado federal e prefeito de Ouro Fino.

O nome Bueno Brandão foi dado a um município localizado na região sul do estado de Minas Gerais.

*Luciana Pinheiro*

**FONTES:** CAM. DEP. *Deputados brasileiros* (p.166); MONTEIRO, N. *Dicionário*. (v.1 e 2, p. 105, 108-111; 499-500); MOURA, A. *Força*; PLANALTO. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 12/9/2010; PREF. BUENO BRANDÃO. Disponível em: <<http://www.buenobrandao.com.br/novosite/>>. Acesso em: 12/9/2010; SENADO. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 12/9/2010.